

Jornalismo e Comunicação: Contributos para a construção de um novo modelo de formação¹

Pedro Coelho²

pedrocoelho@sic.imprensa.pt

Página | 5

Resumo

O papel que o jornalismo desempenha na democracia, contribuindo para a sua proteção e, simultaneamente, enriquecendo-a (produzindo informação que promove a comunicação entre os membros da comunidade), exige que o estudemos, com o propósito de contribuirmos para a preservação dos valores que o estruturam.

Este artigo assume a formação académica (e o estudo do jornalismo) como a via de acesso ao processo de reconstrução do jornalismo. Se os cursos em jornalismo/ comunicação estão a ser, cada vez mais e um pouco por todo o mundo, a porta de entrada na profissão, a academia deve assumir centralidade no processo, formando profissionais que estabeleçam um compromisso com o público. A receita é complexa: profissionais que resistam aos condicionalismos impostos pelo mercado, que fazem o jornalismo vacilar, e que ao mesmo tempo respondam criticamente, inovando, produzindo alternativa, às necessidades do mercado. Este percurso reclama uma maior aproximação entre academia e mercado; uma aproximação construtiva que não aniquile a identidade de nenhuma das partes.

Palavras chave: Ensino do Jornalismo; Academia; Mercado; Público; Comunicação.

Abstract

Journalism plays a critical role in democracy, contributing both to its protection and enrichment (by producing information that promotes communication between members of the community). This requires further study in order to preserve the values that uphold it.

This paper argues that academic training (and the study of journalism) is the way to the reconstruction process of journalism. If courses in journalism /communication are increasingly being held around the world as the main gateway to the profession, academy must ensure a central role in the process, training professionals who may perform a serious commitment to the citizens. The formula is complex: professionals who are strong enough to resist the market constraints which make journalism weaker, and, at the same time, feel able to respond critically to the market demands by innovating and producing alternative market needs. This purpose requires a closer relationship between academy and market, a constructive approach which will not annihilate the identity of any party.

Keywords: Teaching Journalism; Academy; Market; Public; Communication.

Introdução

Em 1979, com o lançamento do curso de Comunicação Social da Universidade Nova de Lisboa, a academia deu o primeiro passo na escalada de inversão da lógica atávica imposta pela ditadura, que afastara o jornalismo e a comunicação da academia; mas, ironia da história, os jornalistas, aqueles que, no longo cinzentismo do regime, mais

¹ Este artigo é resultado da tese de doutoramento defendida pelo autor em março de 2014 no Departamento de Ciências da Comunicação, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, universidade Nova de Lisboa.

² Doutoramento em Ciências da Comunicação pela Universidade Nova de Lisboa, em Estudo dos *Media* e do Jornalismo. Professor convidado do Departamento de Ciências da Comunicação da Universidade Nova de Lisboa. Grande Repórter da SIC TV.

se bateram para que o jornalismo conquistasse estatuto de disciplina académica, foram excluídos da estruturação do primeiro curso.

Essa entrada do jornalismo na academia, utilizando a porta da comunicação, deixando de fora os jornalistas, alimenta a teoria dos mundos paralelos que Barbie Zelizer observou quando, ela própria, trocou o jornalismo para a academia:

"Quando cheguei à universidade - vinda do mundo do jornalismo - senti que tinha entrado num universo paralelo. Nada do que lia enquanto estudante refletia o mundo profissional que tinha acabado de deixar" (2004:2).

A inexistência de linhas de entrecruzamento entre jornalismo e academia estará muito associada ao perfil das duas instituições, que Eduardo Meditsch caracteriza de uma forma particularmente eficaz: "pouco maleáveis, ciosas dos seus costumes, extremamente vaidosas e pouco recetivas às opiniões externas" (2004: 26 e 27).

Ao ficarem afastados da primeira formação na área, os profissionais portugueses perderam a possibilidade de a influenciar; criticaram-na, afastando-se do modelo que ela propunha.

O fosso estará hoje mais atenuado. Assistimos a uma maior aproximação entre os dois lados, propiciada pelo número crescente de jornalistas que regressam à academia para complementarem a formação e refletirem, em teses de mestrado e doutoramento, sobre o jornalismo que praticam; a esse volume devemos acrescentar os jornalistas que começam a optar pelo ensino, abandonando a profissão, ou os que acumulam a profissão com a docência, mas também os jornalistas com diplomas na área, que resistem a certos hábitos e rotinas da cultura de redação. Mas esta aproximação não significa a plena comunhão de universos; a base do fosso mantém-se. Tal não impediu que em Portugal, como noutras geografias europeias - Espanha, e Inglaterra, principalmente - e nos Estados Unidos da América, a realidade se tenha encarregado de estabelecer como critério preferencial de acesso à profissão a licenciatura na área. O papel da formação académica específica na renovação das redações portuguesas tem sido especialmente enfatizado por diversos autores (Pinto, 2004: 56; Fidalgo, 2004: 69; Subtil, 2009: 94 e Sandra Marinho, 2011: 463). José Luís Garcia, sem destacar a formação específica, atesta, ainda assim, a consolidação de um

padrão - a escolaridade tende a aumentar "à medida que diminui o número de anos de exercício de profissão" (2009: 85) - por si só promotor de renovados processos de socialização nas redações.

Hoje, de facto, são mais as pontes, maiores os laços, menor a desconfiança dos profissionais, a maioria, como salientámos, com as mesmas origens. Mas terá diminuído a dimensão do muro? Não estará a universidade a ser mera fornecedora de mão-de-obra qualificada, pronta a usar e disponível para ser moldada pelo mercado?

Em Defesa da Construção de Pontes

A nossa investigação de doutoramento contribuiu para fortalecer a ideia de que o jornalismo e a universidade são troncos da mesma árvore. A nossa experiência profissional e académica tem sido alimentada por essa constatação. Na nossa ótica, sobressai a ideia de um jornalismo de fronteira, onde a universidade se transformou no prolongamento da ação quotidiana, atribuindo-lhe um lugar próprio de questionamento, que a proximidade do objeto desfoca; participando na busca permanente de um sentido para o jornalismo, nos dias em que todos sentem que podem ser jornalistas; alargando as fronteiras e, simultaneamente, precisando-lhe os contornos.

A investigação académica que desenvolvemos é, pois, o farol desse jornalismo de fronteira, onde a construção do trabalho académico é permanentemente intermediada pelo jornalismo e pelos métodos que servem de referência ao jornalismo, da mesma forma que a prática jornalística deve receber as influências da academia. Como sustenta Brooke Kroeger, "as ferramentas de um repórter podem ser instrumentos de precisão nas mãos de um académico", da mesma forma que "os métodos de pesquisa da academia são fundamentais para o jornalista" (2002).

Neste sentido, é no estabelecimento de pontes entre os dois lados que reside a essência do nosso estudo, sustentado por uma dúvida: se a formação académica na área já é, quase em todo o mundo ocidental, a maior fonte geradora de mão-de-obra, como poderemos fazê-la participar na reconstrução do jornalismo?

Esta nossa abordagem percorre um trajeto analítico que afirma a formação académica na área do jornalismo/comunicação (e o estudo do jornalismo) como o escudo protetor do jornalista, e do próprio jornalismo, que, contribuindo para melhorar a prática jornalística, preserva a autonomia do campo, permanentemente ameaçada pelo mercado e que a associação às novas tecnologias digitais veio fragilizar mais ainda.

As Influências do Mercado na Estruturação dos Planos de Estudo

O último quartel do século passado, correspondente aos anos da desregulamentação dos *media*, da hiper-concorrência e da hiperconcentração, está, paradoxalmente, na base da segunda vida do ensino do jornalismo. A academia impôs-se como fonte produtora de mão-de-obra barata, capacitada, apta a servir a avidez dos empregadores. O ensino do jornalismo generalizou-se e padronizou-se.

Na avaliação que faz desta segunda vida do ensino do jornalismo, James Carey acerta no alvo: os jornalistas hoje têm mais formação, mas menor autonomia (2000).

A explosão da formação académica em jornalismo não advém, pois, de qualquer estreitamento de laços entre academia e mundo profissional; pelo contrário. A construção de barreiras entre os dois mundos é alimentada dentro e fora da academia, gerando, por essa via, um processo de formação frágil, incompleto e condicionado; mas é desse *subproduto* que a indústria se alimenta.

A nossa investigação, que inclui um trabalho de campo sobre seis cursos da área em Portugal³, deteta o molde do mercado na estruturação dos planos de estudo, sem que esse efeito seja imediatamente perceptível, uma vez que a academia vive na ilusão de ter uma agenda própria.

³ Ao longo do ano letivo de 2010-2011 monitorizámos 67 alunos e estagiários de seis cursos da área de jornalismo/comunicação. Entrevistámos diretores/coordenadores, docentes da área específica de jornalismo, responsáveis nomeados pelas coordenações para auxiliarem os alunos na concretização dos trabalhos académicos de jornalismo e representantes dos grupos de *media* nacionais que acolhem os estagiários. Complementámos este trabalho de campo com entrevistas a um conjunto de jornalistas e académicos de referência.

Em cada curso avaliamos a relação entre a academia e o mercado, observada a partir da abordagem da variante de jornalismo. Por um lado, identificámos o posicionamento da variante no plano de estudos e as ligações que estas uc estabelecem com os restantes do tronco comum; por outro, avaliamos o molde de interseção que estas disciplinas do campo profissional estabelecem com o mundo profissional.

Os cursos analisados foram: Ciências da Comunicação (UNL); Ciências da Comunicação, Jornalismo, Assessoria e Multimédia (UP); Comunicação Social (ESEC); Comunicação e Jornalismo (ULHT); Ciências da Comunicação e da Cultura (ULP); Ciências da Comunicação (ISMAI).

A análise dos seis cursos permitiu-nos identificar um diverso conjunto de tendências, comuns a cada um dos projetos formativos:

a) Os diretores/coordenadores dos cinco cursos organizados em tronco comum e variante revelam uma mesma tendência: aproximar os projetos formativos do mundo profissional, desinvestindo nas uc de tronco comum;

b) Os alunos criticam os elevados níveis de abstração prática nos planos curriculares, sobretudo nas uc que transformam a sala aula numa antecâmara da redação;

c) Os alunos criticam, igualmente, os altos níveis de abstração teórica - referida quando não é explorada a aplicação prática dos quadros conceituais apresentados;

d) Os alunos - regra geral - rejeitam o curso e não continuam o percurso académico na instituição;

e) Os estagiários dos seis cursos descrevem um percurso solitário onde não é detetado o apoio da entidade formadora;

f) A integração da componente tecnológica nos planos de estudo carece de enquadramento. O reforço dessa componente parece caminhar no sentido de separar tecnologia e jornalismo, investindo-se na componente digital, distanciada da qualidade jornalística dos conteúdos produzidos.

g) O corpo docente da variante é regra geral menos qualificado do que o restante. Os docentes acumulam a academia com uma profissão de base (jornalismo);

h) Regista-se também um défice de diálogo entre os docentes da variante e entre estes e os restantes, o que contribui para o entrincheiramento da variante detetado;

i) Cada docente assinala uma excessiva liberdade para concretizar o seu próprio programa;

j) Por fim, a instabilidade do corpo docente da variante é visível em todos os cursos, registando-se uma elevada taxa de rotatividade;

A Estruturação de um Novo Modelo de Formação

A consideração das realidades europeia e americana, possibilitada pelas leituras que concretizámos, e as conclusões do nosso trabalho de campo motivaram o esforço analítico de estruturação de um novo modelo de formação. Esse modelo tem, na sua base, a articulação entre teoria e prática no interior dos planos de estudo e a promoção de uma aliança estratégica entre a academia e a profissão. Essas aproximações pré-anunciam um outro papel para a academia, definitivamente parceira do jornalismo na prossecução do urgente processo de reconstrução.

A promoção dessa aliança estratégica não nos parece que seja um ideal utópico. Ela tem forma de se tornar efetiva. Na nossa investigação de doutoramento trabalhámos, essencialmente, cinco propostas que, em nosso entender, permitem definir as bases dessa urgente aliança estratégica. No essencial, essas propostas atribuem maiores responsabilidades de coordenação efetiva aos diretores e coordenadores do curso, superando um défice que identificámos no nosso estudo.

A primeira proposta - definição conjunta dos programas das unidades curriculares - corporiza esse maior envolvimento dos responsáveis dos cursos na estruturação dos planos de estudo. Nesse sentido, salientamos a necessidade de proceder à integração do programa de cada unidade curricular do plano de estudos, na concretização da estratégia de coordenação. Esse esforço de integração deve:

- a) Valorizar a identificação das matérias que requerem a colaboração pontual de outros docentes especializados em determinadas áreas de saber;
- b) Identificar as zonas de sobreposição nos programas curriculares, apresentando soluções que as evitem e transformando-as em zonas de complementaridade;
- c) Identificar o papel da unidade curricular no estabelecimento de pontes entre o curso e a comunidade, incluindo com o campo profissional.

A segunda proposta apresenta soluções concretas de promoção dessas pontes, expondo algumas ideias que visam estabelecer laços reais entre teoria e prática no interior dos planos de estudo e com o mundo profissional:

a) Promoção de ações regulares de colaboração pontual de docentes com competências específicas em unidades curriculares cujo programa requeira esse encontro de saberes. Essa participação pode assumir o modelo de uma conferência informal, suscitando a participação dos alunos, desafiando-os a interagir com áreas de saber com que antes se confrontaram, ou a refletirem sobre outras que ainda desconhecem, mas que possam revelar-se importantes no processo formativo. Em termos concretos, estas colaborações pontuais devem dinamizar docentes normalmente associados a cada uma das dimensões (teórica e prática). Nas unidades curriculares, classicamente classificadas como teóricas, a aplicação dos conceitos a casos do quotidiano deve contar com a experiência dos docentes que tenham estabelecido, ou estabeleçam, laços diretos com as profissões. O mesmo princípio deve ser válido para as unidades curriculares classicamente classificadas como práticas, onde a reflexão sobre a ação deve acionar a participação de docentes especializados nas áreas de saber suscitadas;

b) Alteração do modelo de ensino, reforçando a responsabilidade dos alunos, desafiando-os a trabalhar, previamente, áreas específicas do programa que enriqueçam o debate no momento em que a discussão for suscitada em ambiente de sala de aula;

c) Alteração do perfil das unidades curriculares mais próximas de uma dimensão prática, associando a essa corresponsabilização dos docentes das teóricas, que enunciámos, a preocupação de motivar os alunos a pensar em diferentes formas de aplicação das técnicas jornalísticas, criando abordagens alternativas aos formatos que, diariamente, integram o quotidiano jornalístico. Essas abordagens alternativas pressupõem, não apenas, a exploração de áreas temáticas de trabalho, que rompam a rede informativa que cobre a ação profissional regular, mas, sobretudo, a reinterpretção dos géneros jornalísticos, nomeadamente da reportagem. O aluno que consiga fazer diferente do padrão regular, sem perverter as normas reguladoras da ação profissional, estará mais capacitado para ultrapassar os constrangimentos de um mercado de trabalho em franca regressão. Normalmente, chegados ao mercado, os estagiários sentem que cumprem a missão quando a sua própria produção jornalística se aproxima do grau de eficiência e de estruturação dos conteúdos concretizados pelos

profissionais no ativo; ora, o curso, em geral, e as uc de ação profissional em particular, devem promover no aluno essa vontade de criar a diferença, explorando-a.

d) Contribuir para a consolidação de um perfil de docente misto, associado às uc profissionais, onde o docente mantenha fortes laços com a profissão, valorizando, igualmente, a participação na dinâmica académica. Nos casos em que o docente continue na profissão, este deve estudar formas de participação construtiva, que resultem em benefício do curso, sem prejudicar a relação profissional com a empresa; bastando, para tal, que academia e empresa apreendam as vantagens que um perfil misto (professores híbridos ou anfíbios) pode ter para ambos os lados. Ao mesmo tempo que a reflexão académica contribui para o questionamento da ação quotidiana, melhorando-a, inclusivamente permitindo que o profissional, munido de competências académicas, promova ações de formação no interior da empresa, a integração de profissionais na docência, com tempo para investigar, dispostos a consolidar as competências académicas, significa, igualmente, a afirmação da ponte com o mercado, fundamental no modelo de formação que propomos. Na nossa aceção, o perfil misto, associado às uc profissionais, integra, igualmente, docentes com experiência profissional e que tenham assumido a opção pela academia, mantendo, todavia, um contacto próximo com a profissão. Entendemos que a docência das uc do campo profissional requer um grau elevado de contacto com a experiência, pelo que o perfil do académico clássico, exclusivamente centrado na investigação, não se adapta. Na nossa aceção, a docência não deverá, igualmente, ser assegurada por docentes profissionais, condicionados pela plena imersão no quotidiano da redação, incapazes de estabelecer laços com a dinâmica académica, e que, permanentemente, secundarizam a missão de ensinar ao desempenho profissional. O risco das aulas serem mera antecâmara da redação é demasiado elevado, para que os cursos persistam na contratação de docentes com este perfil. Reconhecemos que encontrar docentes de perfil híbrido, na dupla aceção que preconizamos, não se revela tarefa fácil, todavia, a crescente envolvência de profissionais com a academia, prosseguindo estudos e defendendo trabalhos de investigação académicos sobre a profissão em mestrados e doutoramentos, parece consubstanciar a concretização deste objetivo;

e) Alteração do conceito de laboratório, elevando-o a lugar privilegiado de interseção entre teoria e prática. Neste contexto, as aulas em laboratório devem ser assumidas por docentes com diversas competências, que incentivem os alunos a desenvolver trabalhos específicos (jornalísticos ou académicos) promotores dessa articulação teoria-prática;

f) Os órgãos de comunicação social internos, criados no âmbito dos cursos, devem abrir a sua zona de influência, normalmente restringida às uc práticas. Assim, devem ser representativos do curso e coordenados por docentes de uc associadas às duas dimensões, dando visibilidade a trabalhos jornalísticos e académicos de elevada qualidade, concretizados pelos alunos;

A terceira proposta define os contornos do estabelecimento de laços entre os cursos (a academia) e a comunidade:

a) Nas comunidades de proximidade, o curso (vertente de jornalismo) deve transformar-se num agente de desenvolvimento, animando projetos jornalísticos que promovam a discussão, a troca de ideias, e que questionem as elites, integrando no debate as opiniões dos agentes sociais que, habitualmente, são excluídos dos processos de decisão;

b) Os órgãos de comunicação social internos, instrumento complementar ao processo de formação, devem contribuir para promover o curso e os seus alunos, divulgando estudos académicos e trabalhos jornalísticos que se afirmem marca do projeto formativo. Esses órgãos devem estabelecer pontes preferenciais com o serviço público de rádio e televisão, nas suas diversas plataformas, produzindo dois programas de informação (um por semestre), em versão multimédia, televisiva e radiofónica, que sejam a montra dos melhores trabalhos do curso. Esta proposta assume a necessidade da coordenação/direção do curso patrocinar a criação desses órgãos de comunicação social internos, representativos do projeto formativo, evitando assim que cada docente crie a sua própria montra, diretamente relacionada com a unidade curricular que leciona;

c) A direção/coordenação dos cursos deve incentivar a participação regular de jornalistas, empresários de *media*, políticos, académicos de diversas áreas e outros

profissionais em unidades curriculares específicas, discutidas entre a direção/ coordenação e os docentes do curso;

d) A presença regular de docentes do curso em diversos órgãos de comunicação social deve ser incentivada e propiciada. Nessas incursões, os docentes devem observar e investigar as rotinas profissionais com o propósito claro de, nesse posto de observação privilegiado, estreitarem laços com o mercado, refletindo sobre a profissão, devendo o resultado dessas investigações ser apresentado e discutido com os grupos de *media* de acolhimento;

e) No âmbito da desejada aproximação entre os dois mundos, os projetos formativos devem incentivar os grupos de *media* a promoverem, junto dos seus profissionais, a criação de condições para um regresso à academia, frequentando programas de pós-graduação, estudos de segundo e terceiro ciclo, simultaneamente adquirindo novas competências académicas e refletindo sobre a prática quotidiana, contribuindo para a sua melhoria;

f) Da mesma forma, os grupos de *media* devem ser desafiados a permitir que profissionais com competências específicas promovam, por curtos períodos de tempo, ações de formação complementares, associadas a unidades curriculares específicas, contribuindo, essas ações, para estabelecer pontes diretas de contacto dos alunos com o quotidiano profissional;

g) Aos grupos de *media* deve ser sugerido que disponibilizem meios técnicos e humanos que participem na formação de profissionais que, na academia, auxiliem os alunos na concretização de trabalhos curriculares, como contrapartida à participação de docentes do curso em ações de formação específicas junto desses meios de comunicação social;

h) Deve ser avaliada a criação de um Conselho Consultivo do curso que integre coordenação/direção, representantes de centros de investigação associados ao curso, Professores Jubilados, antigos alunos, jornalistas de referência e empresários de *media*, com o propósito de avaliar a forma como o plano de estudos se inter-relaciona com as necessidades do mercado sem ficar refém delas e, simultaneamente, participa no

questionamento da lógica que o estrutura. Um olhar externo afigura-se decisivo para a consolidação do próprio projeto formativo;

i) Deve ser promovida a permanência dos alunos, por curtos períodos de tempo, em ambiente profissional, com o propósito de observarem as rotinas e desenvolverem pequenos trabalhos de investigação, que resultem dessas missões de observação. Essas participações, a ocorrerem em períodos específicos, que não coincidam com o tempo letivo (eventualmente cinco dias antes da pausa letiva do Natal e outros cinco após a pausa letiva da Páscoa), devem ser associadas a unidades curriculares específicas, acompanhadas pelos docentes responsáveis por essas uc, e os trabalhos concretizados pelos alunos devem integrar o plano de avaliação das unidades curriculares em causa. Idealmente, essas presenças devem ser associadas a diversas áreas de saber e envolver diversos docentes;

j) A vertente de jornalismo deve organizar a visita de alunos a diversas entidades públicas (Parlamento, autarquias, ministérios, tribunais, hospitais, forças armadas, polícias, proteção civil, etc.) no sentido de observar, no local, formas de organização, funcionamento e missão pública. Esta tarefa deve ser associada à uc de Funcionamento do Estado e Problemas Sociais, uma unidade curricular que integra a nossa proposta de modelo de formação.

A quarta proposta debruça-se sobre o caso específico dos estágios no primeiro ciclo. A análise das experiências relatadas pelos alunos estagiários, que integram o nosso painel, permite-nos identificar duas tendências comuns aos seis cursos: por um lado, a forma como o curso não evita que os alunos cortem os laços com o estabelecimento de ensino, durante toda a fase de estágio, limitando-se a nomear orientadores que não exercem a função ou, simplesmente, abandonando os alunos à sua sorte, permitindo que enfrentem sozinhos a complexidade da incursão no mundo profissional; por outro, consequência direta desse abandono, a incapacidade, revelada pelos cursos, em cativar os alunos para prosseguimento de estudos de segundo ciclo.

Estas duas situações induzem o reequacionamento do papel do estágio no primeiro ciclo.

A aplicação da reforma de Bolonha é particularmente sensível no capítulo da redução do tempo letivo dos cursos de primeiro ciclo. Esta redução é comentada, de forma crítica, pela maioria dos professores do nosso painel, mas recebe o mesmo enfoque negativo das empresas de *media* que participaram no nosso estudo. Estas opiniões contribuem para que questionemos a existência do estágio no primeiro ciclo, nos moldes praticados pelos seis cursos. Observámos a existência de três modelos de estágio: o corte, liminar, dessa via de contacto privilegiado com o mercado, com o argumento de que esse corte resulta da redução imposta por Bolonha (UNL; ULP); fazer depender a obtenção do diploma da frequência de um semestre de estágio (o que reduz a expressão letiva do curso a cinco semestres), que o estabelecimento de ensino acompanha à distância, sem estabelecer pontes efetivas com o aluno no local de estágio, ou com a empresa de acolhimento (ESEC, UP); e a situação intermédia de atribuição ao estágio de um conjunto de créditos equivalente a uma ou duas unidades curriculares (ISMAI, CJ - nove créditos). Esta situação intermédia deveria pressupor uma ligação dos alunos às empresas correspondente ao peso curricular do estágio, com o consequente reforço da supervisão do estabelecimento de ensino; contudo os alunos têm de cumprir as regras das empresas, que não distinguem estágios curriculares. Nestes casos, não são detetáveis os sinais de reforço do acompanhamento aos alunos por parte das duas escolas.

Na nossa proposta, o estágio assume um papel determinante no primeiro ciclo, distanciado, todavia, das práticas que observámos.

Entendemos que o contacto com o mercado é fundamental para o aluno, mas deve ser estabelecido de forma faseada e progressiva, ao longo de todo o primeiro ciclo, a juntar aos outros momentos de ligação que enunciámos. Assim, como já salientámos, a estratégia de coordenação deve definir o modelo de incursão dos alunos no mercado e associá-lo às diversas unidades curriculares do plano de estudos, independentemente de se tratar de uma disciplina mais teórica ou mais prática. Os primeiros dois semestres do percurso formativo, normalmente mais teóricos, não deverão dispensar o estabelecimento dessas pontes, proporcionando aos alunos a possibilidade de trabalharem modelos teóricos associados à ação jornalística, observando práticas

quotidianas. O que preconizamos, para estes dois primeiros semestres, é o estabelecimento de pontes de contacto entre os docentes das uc teóricas, que tenham no programa o estabelecimento dessas pontes, a definição conjunta das práticas que serão observadas e dos ângulos de observação, de forma a limitar o tempo de permanência dos alunos na redação. Preferencialmente, esses docentes poderão requerer a colaboração dos docentes mistos, responsáveis pelas uc práticas, para aprofundamento da idiosincrasia da redação e agilizar o contacto com as empresas jornalísticas. Na lógica da aproximação progressiva ao mercado, que defendemos no nosso modelo, a permanência dos alunos na redação deve ir aumentando à medida que as uc, classificadas como práticas, adquiram uma maior expressão nos planos curriculares, devendo, no terceiro ano, existir um período máximo de permanência do aluno na redação de um mês, coincidindo com o final do ano letivo, podendo ocorrer entre 15 de junho e 15 de setembro, de forma a que as notas finais possam ser lançadas até final de setembro. Essa permanência na redação deve estar associada a uma das unidades curriculares do terceiro ano que reflita a maior aproximação à profissão. Essa uc terá um docente regente, mas pela sua abrangência, contará com a colaboração de outros docentes, sobretudo dos que, nesse ano letivo, assumirem responsabilidades de orientação dos estágios. Os alunos poderão escolher o meio de comunicação social e a plataforma onde farão esse estágio, de entre o leque de opções que integrem o protocolo estabelecido pelo curso. O orientador do estágio poderá ser escolhido de acordo com a área de trabalho que o aluno desenvolver nesse contacto com a empresa. Anualmente, a coordenação nomeará docentes das diversas áreas para assumirem responsabilidades de orientação. Durante esse mês de estágio, o aluno desenvolverá um programa de trabalho previamente definido com o orientador. A permanência na empresa incidirá, sobretudo, na observação das práticas quotidianas, com o propósito claro de produzir um trabalho académico de reflexão sobre essas práticas. Ao contrário do que acontece nos casos que analisámos, o trabalho académico não deve restringir-se ao relato diacrónico da experiência do aluno, sem a associação a uma dimensão reflexiva que, verdadeiramente, atribui sentido e utilidade a essa experiência. Nos casos que analisámos, o mero relato resulta da edificação de uma linha de fronteira entre os

dois mundos: o académico, que o aluno deixou definitivamente para trás, e o profissional, que, obsessivamente, pretende integrar.

Os diversos contactos, que o aluno de primeiro ciclo estabelecer com o mercado, representam, exclusivamente, momentos de entrecruzamento da prática com os modelos teóricos aprofundados ao longo do percurso, devendo o respetivo desenho, e aplicação do mesmo, ser da responsabilidade do estabelecimento de ensino. Os docentes responsáveis pelas unidades curriculares promotoras dessas pontes nos primeiros quatro semestres do curso, e o docente orientador do estágio de um mês, associado a uma unidade curricular do sexto semestre, devem interagir com o aluno como em qualquer outro processo de aprendizagem integrado no programa da respetiva unidade curricular.

A análise que fizemos dos diversos planos curriculares e o aprofundamento do impacto nos alunos das matérias apreendidas demonstra-nos, de forma clara, que um percurso de seis semestres não prepara o aluno para uma integração autónoma no mercado. O contacto diário com a rotina profissional só deve ser assumido depois de exploradas as vias de interligação entre prática e teoria, e esse processo deve ser aprofundado no segundo ciclo. O estágio é o tempo em que o aluno pode, finalmente, provar que está apto a apreender a complexidade da profissão. Um bom desempenho representa uma oportunidade de contratação, pelo que, incursões autónomas titubeantes, porque assumidas antes do tempo, podem representar o efeito contrário.

Nos casos em que o aluno, de segundo ciclo, optar por seguir jornalismo (ação profissional), o estágio curricular de três meses, equivalente a um semestre, não deve, apesar da autonomia defendida, representar um corte com a componente letiva da formação.

A quinta e última proposta enuncia e concretiza o estabelecimento de pontes com universidades estrangeiras e portuguesas.

Com o propósito de estudar formas funcionais de interligação entre teoria e prática no interior dos currículos e analisar pontes bem-sucedidas da academia com o mercado, os cursos devem promover laços com universidades estrangeiras, onde essas experiências ocorram, e desenvolver idêntico esforço de entrecruzamento, com os

mesmos propósitos, a nível nacional. Para tal, deverão ser dados alguns passos concretos:

a) Incentivar a aplicação de programas de intercâmbio de docentes entre universidades estrangeiras, onde a experiência portuguesa possa ser confrontada com a de outras realidades geográficas. A introdução de práticas de docência e de conteúdos curriculares de países que já consolidaram o jornalismo, enquanto disciplina académica, será decisiva no necessário processo, de longo prazo, de refundação do ensino da área em Portugal. Os programas de intercâmbio, que atualmente existem, dependem muito do voluntarismo dos docentes, não integrando a estratégia de coordenação; a nossa proposta pressupõe que essa troca de experiências se transforme numa prática regular, consubstanciada, não apenas, na deslocação de docentes a outros países, para desenvolverem programas curriculares específicos, como já acontece, mas, igualmente, na frequência de ações de formação em áreas estratégicas para as coordenações dos cursos, cujo resultado possa, posteriormente, ser transmitido ao corpo docente. Deverá ser feito um esforço para que as boas práticas, observadas nessas incursões, sejam discutidas e integradas no plano de estudos;

b) Tornar regular o intercâmbio de docentes entre os diversos cursos da área a nível nacional, seguindo o guião definido no ponto anterior;

c) Promover a criação de associações de docentes dos diversos cursos, organizadas por área de saber, com o propósito de estabelecer algum grau de uniformização de programas curriculares específicos e da bibliografia nas unidades curriculares dessas áreas; o resultado dessas discussões seria, posteriormente, transmitido às direções/coordenações dos cursos, podendo as conclusões ser aplicadas depois de previamente discutidas com o corpo docente.

Plano de Estudos

A nossa proposta pressupõe uma articulação direta entre o primeiro e o segundo ciclo, partindo do princípio de que a conclusão do primeiro ciclo não prepara o aluno para uma integração autónoma no mercado. Essa maior interligação entre os dois ciclos, ao mesmo tempo que, no segundo ciclo, abre uma via de investimento na especialização

em áreas de interesse do futuro profissional, elege o estágio elemento de ligação ao mercado; a um outro nível, o segundo ciclo pode criar, igualmente, as condições para um trajeto académico mais centrado na investigação. Esta articulação, entre os dois ciclos de estudo, entrega ao primeiro ciclo a responsabilidade pela formação geral (de base) e a formação especializada ao segundo.

O curso de ciências da comunicação, variante de jornalismo, deve adotar um tronco comum nos primeiros três semestres, devendo o aluno ter a possibilidade de começar a frequentar unidades curriculares específicas da variante a partir do quarto semestre. Libertadas da componente exclusivamente prática, que caracteriza a maioria das uc da variante de jornalismo nos cursos que analisámos na nossa investigação de doutoramento, e estabelecendo interligações com a comunicação e com as ciências sociais e humanas, que lhes garantem maior abrangência, as unidades curriculares de jornalismo poderão, assim, assumir uma maior expressão nos planos de estudo. Neste sentido, a nossa proposta prevê a atribuição de um peso semelhante à variante e ao tronco comum.

Na nossa proposta, o tronco comum soma 75 créditos e a variante 85, totalizando 160 créditos. Para completar os restantes 20, o aluno pode selecionar unidades curriculares de entre a oferta do estabelecimento de ensino de acolhimento do curso, incluindo unidades das outras variantes; em ambos os casos, o aluno pode investir em áreas de interesse individual, ou que considere complementares do jornalismo. A seleção desses 20 créditos pode gerar um aprofundamento da articulação com o segundo ciclo, se a escolha promover a constituição de uma base teórica de áreas especializadas do jornalismo.

Tronco Comum

Ao nível do tronco comum, a nossa proposta recupera parte da oferta já identificada nos diversos cursos (Comunicação e Ciências Sociais; Teoria da Comunicação; Sociologia da Comunicação; Antropologia da Comunicação; Filosofia da Comunicação; Economia da Informação; Semiótica; Discurso dos Media) e sublinha a necessidade de existirem outras unidades complementares.

O objetivo central do tronco comum consiste na afirmação da comunicação como a casa natural do jornalismo, na integração da dimensão do público (e do que essa integração representa nas profissões da comunicação, implicando o reforço da componente ética) e na clarificação das fronteiras entre jornalismo, relações públicas e publicidade. Vão neste sentido as unidades curriculares, complementares à oferta existente, que propomos: História da Comunicação; Público, Cidadania e Ética Profissional; Jornalismo/Relações Públicas e Publicidade; Comunicação e Política; Portugal Contemporâneo no Contexto Global; Literatura e Narrativas Visuais.

Variante

A variante reforça a componente reflexiva, estabelecendo uma ponte direta com os quadros conceituais trabalhados no tronco comum. Essa dimensão reflexiva incorpora o estudo da missão e valores do jornalismo e a avaliação dos efeitos do mercado e da tecnologia na ação quotidiana. A partir desta incorporação, a variante deve trabalhar a dimensão do público e a comunicação gerada no decurso do processo de produção informativo. As unidades curriculares que propomos para a variante constituem um polo de valorização do jornalismo, distinguindo-o dos demais subcampos específicos da comunicação: Jornalismo e Mercado (a identificação do papel que o mercado exerce no jornalismo e dos constrangimentos que essa dimensão provoca à ação profissional quotidiana); Jornalismo e Tecnologia (interpretação da relação que a tecnologia estabelece com o jornalismo e do lugar que aquela ocupa); Funcionamento do Estado e Problemas Sociais (análise do funcionamento do país e do Estado e identificação dos problemas sociais que podem pôr em causa esse funcionamento); Jornalismo, Mutação dos *Media* e Especificidade das Plataformas Mediáticas (análise da evolução tecnológica que, ao longo das épocas, teve especiais reflexos nos dispositivos tecnológicos de distribuição das mensagens e avaliação dos efeitos dessa evolução no conteúdo dessas mensagens); Elementos do Jornalismo (promove a interligação entre o tronco comum e as uc da variante. Identifica cada um dos elementos centrais do jornalismo e analisa-os profundamente, detalhando a forma como o mercado e as novas tecnologias influenciaram a aplicação desses elementos); Direito e Deontologia Profissional (analisa

o campo legal do jornalismo, o edifício legislativo que regula a ação profissional e o funcionamento dos *media* e o estatuto dos jornalistas); Jornalismo e Literacia Mediática (convoca, de novo, o conceito de público e foca-se na interseção entre a nova centralidade, potenciada pelas novas tecnologias digitais, e a produção jornalística, detalhando a nova responsabilidade do jornalista e do público; Sustentabilidade do Jornalismo e Empreendedorismo (reflete sobre o futuro do jornalismo de qualidade. Discute novas soluções de negócio que, por um lado, salvaguardem a essência do jornalismo e que, por outro, não imponham a transformação do jornalista num gestor); A Notícia (avalia a função social da notícia ao longo das épocas e a forma como ela se transformou na base do jornalismo profissional, cujas raízes remontam ao século XIX. Avalia o que é notícia e discute os critérios de noticiabilidade; A Reportagem (aprofunda as origens da reportagem, reconhecendo os elementos distintivos que, ao longo das épocas, lhe foram conferindo a especificidade que a transformou no chamado "género nobre" do jornalismo; Jornalismo de Investigação (parte da missão do jornalismo e do papel que ele desempenha na preservação da democracia, para enunciar as especificidades associadas à investigação - ao nível dos métodos de trabalho, missão e grau de compromisso com os valores que moldam a profissão); Jornalismo de Proximidade (avalia a especificidade - e os condicionalismos - da ação quotidiana exercida fora dos grandes centros, onde as comunidades de proximidade refletem uma tendência para a valorização das elites, marginalizando os atores sociais que não alinham na promoção do falso consenso, imposto a partir do topo, instigador da manutenção do estado das coisas).

Ação Jornalística (Laboratórios)

As uc de ação jornalística devem afirmar o primado dos géneros jornalísticos. O jornalismo não deve ficar refém da forma, imposta pela especificidade das plataformas distribuidoras, ainda que os alunos desenvolvam competências que lhes permitam adaptar a ação profissional quotidiana aos diversos meios.

O investimento dos programas nos géneros jornalísticos deve estabelecer compromisso, sobretudo, com a reportagem. Estas abordagens serão testadas, no final

do percurso académico de primeiro ciclo, no laboratório privilegiado da academia. Esta dimensão laboratorial do plano de estudos é, como lhe chama Carlos Chaparro, a "espinha dorsal" do curso - o espaço de atração e de integração das diversas vertentes do saber, exploradas ao longo do processo formativo (*apud* Pinto, 2004: 101-103).

Escrita Jornalística (debruça-se sobre as características do texto jornalístico, que detalha, e a forma como ele se deve adaptar à especificidade de cada uma das plataformas mediáticas); Laboratório Jornalísticos: A Notícia (o objetivo final deste processo, centrado na notícia e em todo o seu processo de produção, é a publicação nos órgãos de comunicação social internos, ou naqueles com quem o curso estabeleça laços privilegiados); Laboratório Jornalístico: A Entrevista (a funcionar nos mesmos moldes e com os mesmos objetivos); Laboratório Jornalístico: a Reportagem/Estágio (o dobro do tempo letivo e dos créditos; a síntese integral de todo o percurso formativo. Tal como nos laboratórios de notícia e entrevista, o aluno é desafiado a mobilizar todos os conceitos apreendidos no curso, estando, para tal, prevista a participação de docentes das diversas áreas. Esta uc estabelece, igualmente, as pontes privilegiadas de interseção dos alunos com o ambiente semiprofissional (órgãos de comunicação social internos) e profissional (meios de comunicação social exteriores ao *campus*), nas diversas modalidades: observação de rotinas, discussão das mesmas em ambiente de sala de aula, produzindo reflexão sobre elas; ação jornalística: produzindo e concretizando reportagens nos órgãos de comunicação social internos e acompanhando repórteres em ambiente profissional, estruturando, posteriormente, guiões de apresentação das reportagens acompanhadas, que serão apresentados e discutidos em aula.

Referências Bibliográficas

CAREY, James W. 2000a, "*Recensão*" de *Rich Media, Poor Democracy: Communication Politics in Dubious Times*, de Robert W. McChesney, vol 54, nº 2, ("Nieman Reports") 67-68, disponível em <http://www.nieman.harvard.edu/reports/article/101943/Journalism-and-Democracy-Are-Names-for-the-Same-Thing.aspx> (policopiado em fevereiro de 2013).

COELHO, Pedro, 2005, *A TV de Proximidade e os Novos Desafios do Espaço Público*, Lisboa, Livros Horizonte.

FIDALGO, Joaquim, 2004, "Jornalistas: um perfil socioprofissional em mudança", nº 5 ("O Ensino do Jornalismo, Revista Comunicação e Sociedade"), 63-74.

GARCIA, José Luís; 2009, "Principais tendências de profissionalização dos jornalistas no período pós-transição democrática ", José Luís Garcia (org.), *Estudos sobre os Jornalistas Portugueses*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 63-91.

Página | 24

KROEGER, Brooke, 2002, "Journalism with a scholar's intent", in Amy Atkins; Andrew O' Hehir; Jay Rosen, (org.), *Zoned for Debate (essays)*, New York, NYU, disponível em <http://journalism.nyu.edu/publishing/archives/debate/forum.1.index.html>, policopiado em outubro de 2005.

MARINHO, Sandra, 2011, *Formação em Jornalismo numa Sociedade em Mudança*, Tese de Doutoramento em Ciências da Comunicação, Universidade do Minho.

MEDITSCH, Eduardo, 2004, "A formação para a praxis profissional do jornalista: uma experiência inspirada em Paulo Freire", nº 5, ("O Ensino do Jornalismo, Revista Comunicação e Sociedade"), 25-38.

PINTO Manuel et al, 2004, "Debater a formação em jornalismo é debater o próprio jornalismo, entrevista com o professor Manuel Chaparro", nº5, ("O Ensino do Jornalismo, Revista Comunicação e Sociedade"), 95-107.

PINTO, Manuel, 2004, "O ensino e a formação na área do jornalismo em Portugal: crise de crescimento e notas programáticas", nº 5, ("O Ensino do Jornalismo, Comunicação e Sociedade"), 49-62.

SUBTIL, Filipa, 2009, "Anotações sobre o processo de feminização do jornalismo na década de 1990", in José Luís Garcia, (org.), *Estudos sobre os jornalistas portugueses*, Lisboa, ICS.

ZELIZER, Barbie, 2004, *Taking journalism seriously, news and the academy*, Londres, Sage.